Sumário

Prefácio
Diogenes Gasparini 17

Capítulo Primeiro
Noções gerais sobre registro de preços
Joel de Menezes Niebuhr 21
1 Conceito de registro de preços 21
2 Vantagens do registro de preços 25
2.1 Objetos de difícil previsibilidade 26
2.2 Controle eficaz dos estoques 29
2.3 Controle de qualidade 30
2.4 Flexibilidade em relação às regras de duração contratual previstas no artigo 57 da Lei nº 8.666/93 32
3 Legislação sobre registro de preços 34
4 Cabimento do registro de preços 38
4.1 Registro de preços para obras e serviços de engenharia 41
4.2 Registro de preços para bens e serviços de informática 45
4.3 Objetos que não admitem a utilização do registro de preços 46

Capítulo Segundo
Licitação para registro de preços
Edgar Guimarães 47
1 Planejamento da licitação para registro de preços 47
1.1 Fases da licitação 48
1.2 Especificidades da fase preparatória da licitação para registro de preços 49
2 Definição de quantitativos 51
3 Pesquisa de mercado 53
3.1 A estimativa de valor e a fixação de preço máximo 53
3.2 A metodologia para estimar o valor da licitação 55
4 Reserva orçamentária 55
5 Modalidades de licitação 57
5.1 Adoção da modalidade em razão da natureza do objeto 58
6 Critérios de julgamento 59
6.1 Tipos de licitação e suas aplicações 59
6.2 Os possíveis tipos nas licitações para registro de preços 60
6.3 O julgamento da licitação pela oferta de maior desconto 62

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7 Registro de preços para mais de uma entidade da Administração Pública ... 62
7.1 Vantagens do registro de preços para várias entidades ... 63
8 Edital da licitação para registro de preços ... 64
8.1 A importância do edital e seu caráter vinculativo ... 64
8.2 Regras a serem observadas na elaboração do edital ... 65
8.3 Anexos do edital de licitação ... 66
8.4 Competência para assinar o edital ... 67
9 Aprovação do edital ... 67
9.1 Finalidade, competência e extensão da análise jurídica ... 68
9.2 Prazo para análise das minutas dos editais ... 68
9.3 O caráter decisório e vinculativo da manifestação da assessoria jurídica ... 69
9.4 A elaboração de minutas-padrão de editais ... 70
10 Publicidade do edital ... 71
10.1 Meios de divulgação dos avisos de licitação ... 71
10.2 Prazos mínimos de publicidade ... 73
10.3 Alteração do edital após a publicidade ... 74
11 Fase de aprovação da licitação ... 75
11.1 Homologação ... 77
11.2 Revogação ... 77
11.3 Anulação ... 78
11.4 Fracasso e deserção ... 79
11.5 Adjudicação do objeto em licitações para registro de preços ... 79

Capítulo Terceiro
Ata de registro de preços
Joel de Menezes Niebuhr ... 81
1 Ata de registro de preços ... 81
2 Conteúdo da ata de registro de preços ... 83
3 Formalização da ata de registro de preços ... 85
3.1 Aprovação da assessoria jurídica ... 85
3.2 Assinatura da ata de registro de preços ... 86
3.3 Publicação do extrato da ata de registro de preços na imprensa oficial ... 89
4 Prazo de validade e prorrogação da ata de registro de preços ... 91
5 Aditamento da ata de registro de preços ... 93
6 Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços ... 101
7 Cancelamento da ata de registro de preços ... 107

Capítulo Quarto
Adesão à ata de registro de preços
Joel de Menezes Niebuhr ... 109
1 Adesão à ata de registro de preços ... 109
2 Ofensa aos princípios de direito administrativo ... 111
2.1 Agravo ao princípio da legalidade ... 111

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2 Agravo ao princípio da isonomia 115
2.3 Agravo ao princípio da vinculação ao edital 119
2.4 Agravo aos princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade 122
2.5 Agravo ao princípio da economicidade 124
3 A posição dos Tribunais de Contas 125
4 Procedimento para adesão à ata de registro de preços 129
5 Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas 134
6 Aditivos à ata de registro de preços aderida 134
7 Prazo de vigência da ata para o aderente 135
8 Responsabilidade da entidade aderente pela licitação pública que precedeu à ata de registro de preços 136

Capítulo Quinto
Contrato administrativo decorrente de ata de registro de preços
Edgar Guimarães 139
1 Aplicação da sistemática da Lei nº 8.666/93 139
2 Formalização do contrato administrativo 141
2.1 Competência para formalizar o contrato 141
2.2 Utilização de termo contratual ou instrumento equivalente 141
2.3 A questão da expressão "entrega imediata" 144
3 Publicidade do contrato administrativo 145
3.1 A publicidade como condição de eficácia do contrato 146
3.2 Conteúdo do extrato contratual 148
4 Duração do contrato administrativo 148
4.1 Regra geral e exceções 148
5 Alterações do contrato administrativo e seus limites 150
5.1 Requisitos legais para as alterações 151
6 Aplicação de sanção administrativa em decorrência da recusa do fornecedor em assinar o contrato administrativo 153
6.1 Providências a serem tomadas 153
6.2 Conseqüências da recusa do fornecedor 154
7 Aplicação de sanção administrativa em decorrência da inexecução do contrato administrativo 155

Capítulo Sexto
Registro de preços nas entidades do Sistema "S"
Edgar Guimarães 157
1 Questões introdutórias 157
1.1 Natureza jurídica das Entidades do Sistema "S" 157
1.2 Regime jurídico das licitações e contratos 158
2 Modalidades de licitação 159
2.1 Concorrência 160
2.2 Pregão 160
3 Julgamento das propostas 161
3.1 Órgão julgador: espécies, composição e atribuições 161

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2 Tipos de licitação e suas aplicações 163
3.3 Os possíveis tipos nas licitações para registro de preços 164
3.4 Inversão das fases da licitação 164
4 Publicidade do edital 165
4.1 Regras a serem observadas 165
5 Registro de vários fornecedores para um mesmo objeto 166
5.1 Condições para implementação 166
6 Homologação da licitação e providências subseqüentes 167
6.1 Adjudicação em licitações para registro de preços 167
6.2 Assinatura do instrumento resultante da licitação 168
6.3 Vigência do registro de preços 169
7 Formalização da contratação 169
7.1 Utilização de termo contratual ou instrumento equivalente 170
7.2 Prazo de vigência do registro e duração do contrato 172
8 Cancelamento do preço registrado 172
8.1 Cancelamento do preço pelo descumprimento das obrigações assumidas no respectivo instrumento 173
8.2 Cancelamento do preço pela recusa do fornecedor em adequá-lo ao mercado 173
8.3 Cancelamento do preço por interesse da Entidade 174
8.4 A necessária observância do contraditório e da ampla defesa 174

Referências 177

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br